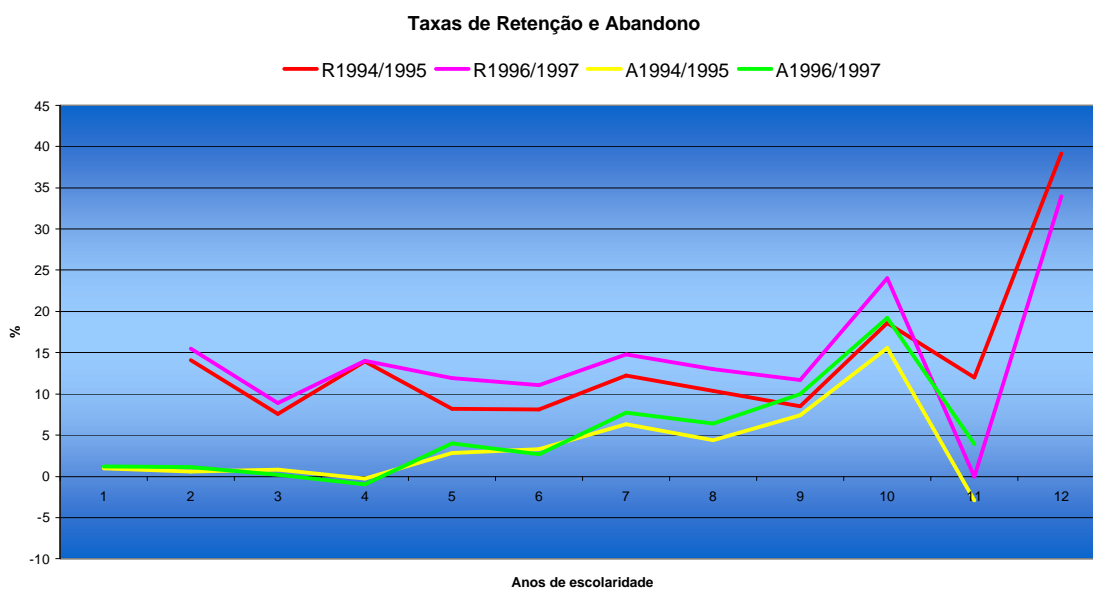


INSUCESSO E ABANDONO ESCOLARES EM PORTUGAL

O XV Governo Constitucional assumiu como um dos seus objectivos estratégicos o combate ao insucesso e abandono escolares. Os números até então conhecidos eram suficientemente elucidativos da dimensão do problema e deixavam revelar alguns dos principais pontos de bloqueio do sistema educativo.



1. Os dois fenómenos estão associados: a retenção precede geralmente o abandono.
2. São pontos críticos da retenção os anos de escolaridade: 2.º, 4.º, 7.º, 10.º e 12.º. Os dois anos com taxas mais elevadas são os do ensino secundário.
3. As taxas de abandono são insignificantes no 1.º ciclo, revelando-se crescentes nos ciclos seguintes. Porém, acentuam-se de forma marcante nos anos seguintes à passagem de ciclo (5.º, 7.º e 10.º).
4. Detecta-se um agravamento entre as duas datas consideradas (de 1994/95 para 1996/97)

Recentemente foram publicadas as informações para anos mais recentes que nos permitem apresentar dados mais actualizados e perceber a dinâmica destes dois fenómenos educativos:

- XIV Recenseamento Geral da População, relativo ao ano de 2001, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística;
- Estatísticas da Educação, relativas ao ano lectivo de 1999/2000, publicados pelo Departamento de Avaliação, Planeamento e Prospectiva do Ministério da Educação.

Dos dados publicados no Recenseamento Geral da População, poderão ser extraídos três indicadores fundamentais:

1. **Taxa de abandono escolar** – Total de indivíduos, no momento censitário, com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.
2. **Taxa de saída antecipada** – Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.
3. **Taxa de saída precoce** – Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

Os resultados apurados podem ser sintetizados no seguinte quadro onde se expõem igualmente idênticos valores reportados ao Recenseamento de 1991:

Taxas de abandono por idades, dos 10 aos 15 anos

Idades	1991	2001
10	3.5	0.0
11	4.2	1.4
12	5.0	1.7
13	9.9	2.2
14	19.5	3.4
15	29.2	7.1
Total: 10-15	12.5	2.7

Tratando-se de uma avaliação da escolaridade obrigatória, o facto de existirem taxas de abandono de 2,7% é preocupante, nomeadamente quando se constata que são os últimos anos que mais contribuem para esse nível. Porém, há que assinalar os progressos registados na última década que se traduziram numa quebra de quase 10 pontos percentuais dessa taxa. A adopção da escolaridade obrigatória teve efeitos positivos na evolução registada, os próximos anos terão de traduzir-se numa aproximação progressiva da taxa zero.

Este progresso não teve a mesma expressão nos dois outros indicadores, facto que relega o nosso país para uma posição de manifesto atraso face aos seus parceiros europeus.

Saída antecipada e saída precoce (%)

	1991	2001
Saída antecipada	54.1%	24.6%
Saída precoce	63.7%	44.8%

Saída precoce (%) – Portugal e a UE (2001)

	UE15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
HM	19	14	17	13	17	29	14	nd	26	18	15	10	45	10	11	nd
H	22	15	17	12	20	35	15	nd	30	19	17	10	52	13	11	nd
M	17	12	17	13	13	22	12	nd	23	17	14	11	38	8	10	nd

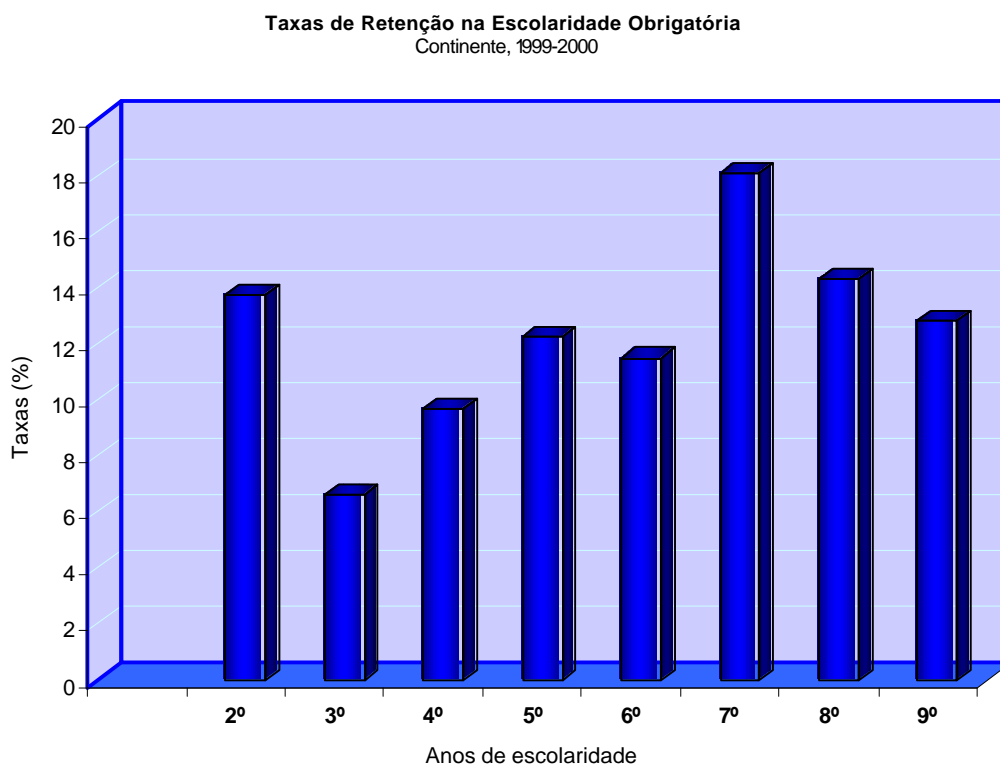
Se é verdade que Portugal registou uma quebra acentuada destas duas taxas, entre 1991 e 2001, não deixa de ser “abismal” a diferença que nos separa não só da média europeia, mas igualmente do nosso parceiro mais próximo, a Espanha.

Entretanto, estes números só esclarecem a verdadeira dimensão do problema se decompostos ao nível local e regional. As profundas disparidades regionais revelam-se na proporção do singelo ao dobro, com a região norte em especial destaque.

A representação cartográfica que este estudo realiza é por si só reveladora não só das diferenças regionais, mas acima de tudo locais, ao nível do concelho. A identificação de potenciais factores estruturantes desses fenómenos permite circunscrever dinâmicas diferenciadas que sustentam lógicas locais e regionais do abandono e das saídas do sistema educativo.

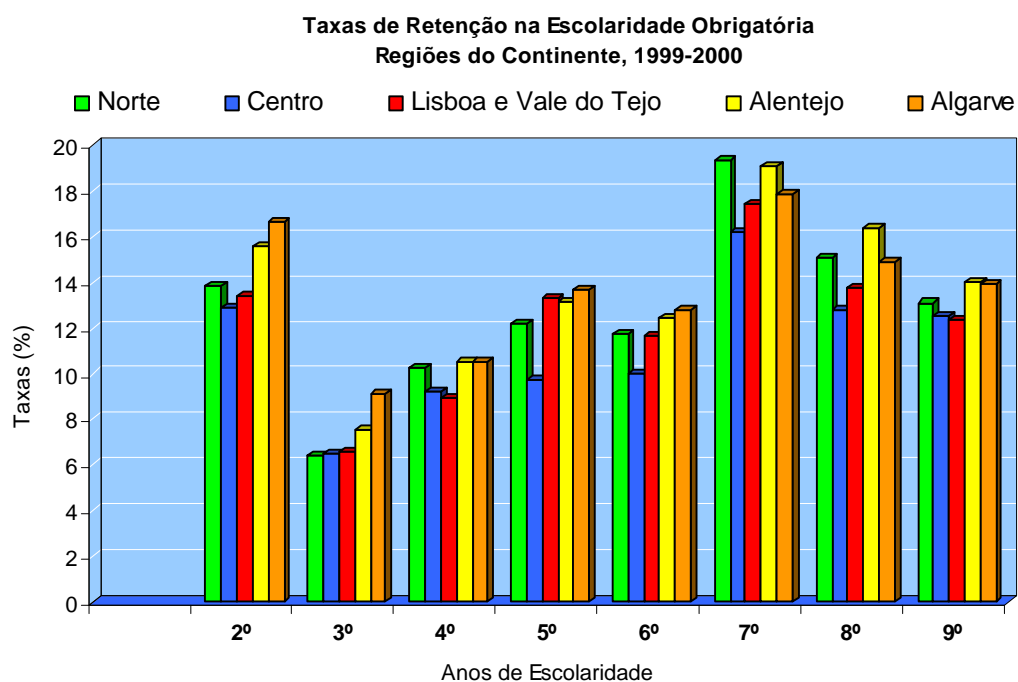
O confronto da cartografia do abandono com o de outros indicadores de contextualização sócio-económica permite identificar este fenómeno com as oportunidades de integração precoce no mercado de trabalho e com o insucesso escolar. Ou seja, o abandono escolar tem muito mais a ver com a idade do que com o ano de escolaridade que se frequenta e é geralmente precedido de histórias de insucesso repetido.

Os dados recentes publicados pelo Ministério da Educação (ME-DAPP), relativos ao ano lectivo de 1999-2000, esclarecem inequivocamente aquela relação e apontam para pontos de tensão no sistema educativo que importa atenuar. O período correspondente à escolaridade obrigatória encerra o fundamental da compreensão do fenómeno do insucesso escolar traduzido nas taxas de retenção.



Os anos de escolaridade críticos são o 2.º, o 5.º e o 7.º. O 2.º é compreensível dado não existir retenção no precedente. Mesmo assim os níveis atingidos são muito preocupantes. Porém, os restantes revelam as dificuldades dos alunos após a passagem de ciclo. Isto significa que estamos perante um sistema de ensino com manifesta desarticulação entre os diferentes ciclos, com patamares de exigência claramente desnivelados e com eventuais problemas de desadequação após a transição. Este é o melhor indicador de que temos um sistema educativo que evoluiu em “patamares”, quando deveria promover a evolução natural e progressiva das aprendizagens. Associado a este fenómeno poderá estar igualmente o

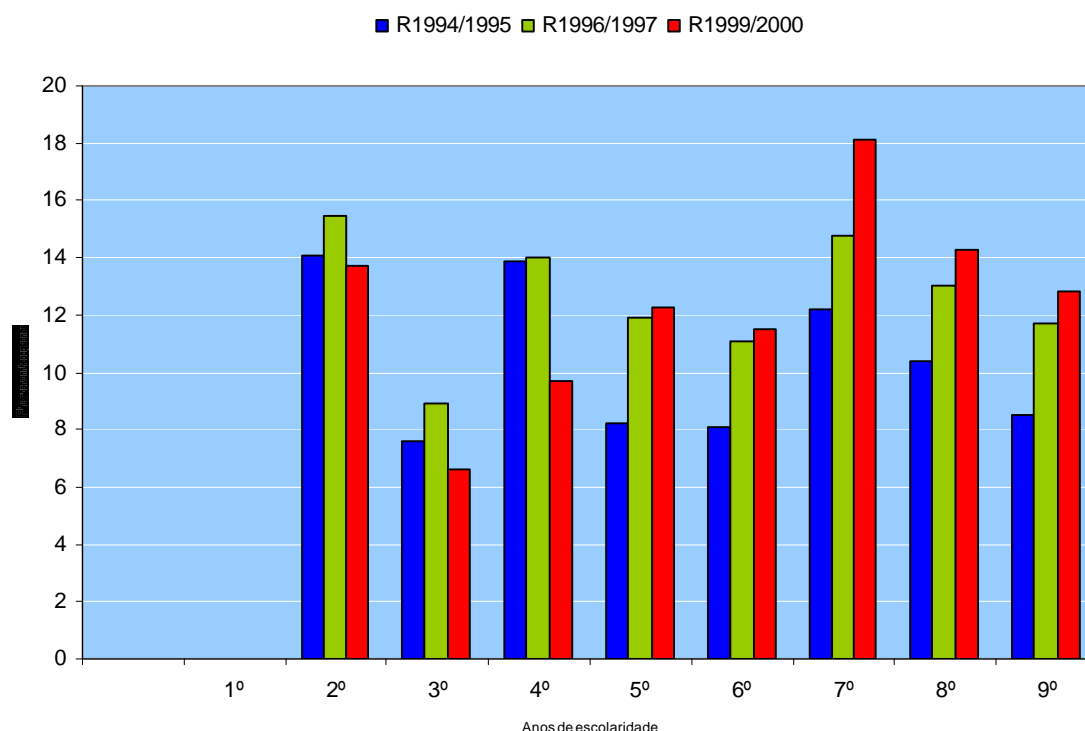
excesso de transferências de escola a que os alunos são sujeitos, consequência da diversidade e segmentação das tipologias. Esta conclusão é tanto mais pertinente quanto não se detectam diferenças regionais acentuadas.



Como é evidente, o mesmo padrão está presente nas diferentes regiões. Trata-se, claramente, de um problema do sistema de ensino cuja expressão se agiganta na passagem para o ensino secundário: as maiores taxas de insucesso e de abandono registam-se no 10.º ano de escolaridade, com mais uma passagem de ciclo, a última, mas também a mais penosa.

Confrontando os indicadores de retenção relativos a 1999/2000 com os disponíveis para anos anteriores detectam-se algumas linhas que importa realçar.

Taxas de retenção na escolaridade obrigatória



À clara diminuição das taxas de retenção no 1.º ciclo do ensino básico, corresponde o seu agravamento nos anos e ciclos seguintes.

A representação cartográfica de todos estes indicadores deixa transparecer quanto o fenómeno do abandono e do insucesso escolares apresentam uma expressão local e regional que importa ter em conta na definição de uma estratégia visando a sua superação. Se é certo que as políticas *macro* poderão contribuir para a melhoria destes indicadores, não será menos certo que os seus verdadeiros intérpretes terão de ser as escolas e as comunidades locais, através da sua consciencialização e mobilização para um combate que a todos diz respeito.

O Gabinete do Ministro da Educação

Lisboa, 6 de Março de 2003